

Desmatamento na Amazônia

Confrontado com os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), mostrando que o desmatamento voltou a crescer entre 1997 e 1998, o Ministério do Meio Ambiente suspendeu todas as autorizações para desmatamento na Amazônia Legal. É uma medida de emergência, tomada antes mesmo de se conhecerem as dimensões reais do dano sofrido pela região. E, como toda medida de emergência, não implicando necessariamente solução.

O que ficou constatado pelas projeções do Inpe é que o desmatamento teria atingido, em 1998, 16.838 km², um aumento de 27% sobre o ano anterior e aproximando-se dos números do período 1988/1989, que alarmaram os meios internacionais. Mas o rastreamento via satélite que permitiu essa avaliação não pôde alcançar o Estado do Amapá e parte de Roraima, em razão da cobertura constante de nuvens. Nem dá conta de derrubadas outras que as de corte raso, escapando-lhe as produzidas por pequenos assentamentos de colonização. Acrescenta-se que, como qualquer monitoramento remoto (as imagens do satélite Landsat são tomadas a 900 quilômetros de altitude), ele não se presta à produção de estimativas confiáveis sobre a mudança da biomassa

vegetal, segundo estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Por isso, o impacto total da devastação verificada pelo Inpe está ainda longe de ser avaliado, tal como o do incêndio do ano passado na floresta tropical primária de Roraima, que só dentro de dois meses começará a ser conhecido, através de pesquisas do próprio Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

É mais que o bastante, contudo, para provocar uma viva reação dos meios internacionais, especialmente na República Federal Alemã, cujo Ministério de Cooperação Econômica investe, no programa piloto de conservação das matas tropicais brasileiras, dois terços do que vem aplicando, com o mesmo sentido, em três continentes. Assentado nas reuniões do G-7 em Dublin e em Houston no princípio da década, esse programa piloto internacional teve seus custos bancados, em 60%, pela Alemanha.

A política alemã considera contraproducente a proibição do comércio de madeiras tropicais, mesmo sendo a atividade madeireira uma das grandes causas da devastação e apresentando tão altos índi-

ces de desperdício. Respeita o direito dos Estados à utilização econômica de seus recursos florestais, nos termos do Programa 21 da Eco-92, realizada no Rio de Janeiro. E opõe ao radicalismo dos boicotes exigidos ou praticados uma consideração singela: restringir de maneira indiscriminada o comércio de madeiras tropicais redundará em perdas das rendas de exportação; e, conseqüentemente, do valor econômico da floresta. O que a Alemanha defende, como política de exploração sustentável, é o aproveitamento de todas as funções da floresta, para as gerações atuais e as futuras – a função ecológica, a econômica e a social.

E aí está o que mais falta ao Brasil, face ao revelado pelas fotos do Inpe, segundo o secretário-executivo do Instituto Socioambiental, João Paulo Capobianco: “Fica mais do que provado que o governo ainda não implementou uma política consistente para alterar esse quadro.” Porque seria pouco mais que vontade de mostrar serviço, depois do sobressalto atual, pôr o Ibama à disposição dos Estados da Amazônia cerca de 150 fiscais, 4 helicópte-

ros, 2 aviões e 1 sistema de comunicação para monitorar a região durante o período de estiagem. Uma política brasileira consistente poderia se inspirar um pouco no quadro europeu atual, em que as reservas florestais se concentram praticamente nos países escandinavos em harmonia com as necessidades da população adensada dos outros países, que demanda os recursos das florestas –

madeira, papel, energia. Um em cada dois sacos de papel e um em cada três jornais, por exemplo, dependem da produção madeireira da Escandinávia, que aprendeu a administrar sua floresta, de tal modo que ela hoje aumenta em ritmo maior que o de seu consumo. Não se trata, pois, de fazer a Amazônia um parque florestal quase de dimensões continentais. Trata-se de estabelecer um gerenciamento diversificado, em que figurem zonas de proteção absoluta (um percentual talvez relativamente pequeno do total do território), zonas de exploração agrícola condizentes com as exigências da biodiversidade e zonas, cada vez mais controladas, de exploração dos recursos naturais.

O importante não é fazer da Amazônia um parque florestal de dimensões continentais

20/2/05
 0954
 4-3